

O impacto da pandemia COVID-19 e o estágio curricular em Serviço Social no âmbito do envelhecimento

Tatiane Valduga

Paula Ramos

Resumo

O presente estudo apresenta uma análise dos estágios desenvolvidos no âmbito do envelhecimento nos anos curriculares de 2019/2020, 2020/2021 e as tendências para o ano letivo de 2021/2022. A análise reporta os estágios facultados pela/ realizados pelos alunos da licenciatura de Serviço Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, com diversas instituições parceiras. Os anos de análise encontram-se em um contexto de pandemia COVID-19, o qual apresenta constrangimentos para as instituições que realizam intervenção com a pessoa idosa, bem como para o desenvolvimento de estágios em Serviço Social neste domínio. A pesquisa é de natureza indutiva e orienta-se através de uma pesquisa documental com recurso à análise de conteúdo, aos projetos de intervenção social desenvolvidos pelos estagiários, aos relatórios finais de estágio, a literatura específica sobre a temática, e aos documentos oficiais. Elaborou-se um retrato das noções científicas dominantes nos documentos analisados, apontando para intervenções focadas no bem-estar e qualidade de vida da pessoa idosa, através do desenvolvimento do envelhecimento ativo.

Página | 50

Palavras-chaves: Envelhecimento, Estágio, Serviço Social, COVID-19, Bem-estar.

Abstract

The present study presents an analysis of the internships developed in the context of aging in the curricular years 2019/2020, 2020/2021 and the trends for the academic year 2021/2022. The analysis reports the internships offered by the degree in Social Work, from the Higher School of Education and Social Sciences of the Polytechnic Institute of Portalegre, with several partner institutions. The years of analysis are in a context of the COVID-19 pandemic, which presents constraints for institutions that carry out intervention with the elderly, as well as for the development of internships in Social Work in this domain. The research is inductive in nature and is guided by documentary research using content analysis, social intervention projects developed by interns, final internship reports, specific literature on the subject, and official documents. A portrait of the dominant scientific notions in the documents analyzed was elaborated, pointing to interventions focused on the well-being and quality of life of the elderly, through the development of active aging.

Keywords: Aging, Internship, Social Work, COVID-19, Well-being.

Introdução

A intervenção com pessoas idosas faz parte da identidade profissional do assistente social. No entanto, uma nova realidade foi imposta para este público-alvo a partir de dezembro de 2019, o que trouxe uma série de constrangimentos para o Serviço Social no Envelhecimento. Em meados de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na

China, observaram-se os primeiros casos da COVID-19. A partir de então o vírus começa/ começou a ganhar novas proporções de contágio e surgem/ surgiram casos em outros países. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial, uma vez que o grau de contágio se tinha tornado elevado e o número de óbitos aumentara consideravelmente em diversos países do mundo (Mackenzie, 2020).

Cerca de dois anos depois, o mundo ainda vive uma conjuntura de pandemia em decorrência da COVID-19. Há uma corrida da ciência a nível mundial para encontrar respostas para a crise sanitária e especialmente para uma vacina eficaz contra o vírus. Assistimos também ao aparecimento de novas variantes do vírus, o que se traduz em novos desafios para a ciência e em consequências para todos os setores.

Globalmente, segundo a OMS, desde o início da pandemia houve 458.479.635 casos confirmados de COVID-19, incluindo 6.047.653 mortes, relatados à OMS. Temos 56,17% da população mundial vacinada (OMS, março de 2022). Portugal registou 3.413.013 infeções e 21.342 óbitos (total acumulados) relacionados ao coronavírus registados no país desde o início da pandemia (OMS, março de 2022). De acordo com a OMS, Portugal tem 84,12% da sua população vacinada.

Apesar do coronavírus afetar todos os segmentos da população, existem grupos em que as consequências desta doença são mais graves. Os idosos estão neste grupo vulnerável, pois são mais propensos a desenvolver doenças graves, por possuírem sistemas imunológicos fracos devido à idade e, por apresentarem altas taxas de doenças crónicas.

Além do Serviço Social privilegiar entre as suas áreas de intervenção o Envelhecimento, os assistentes sociais são profissionais aptos para agir em contextos pandémicos e em contextos de crise, e como tal, reúnem as condições para implementarem estratégias de efetivação da dignidade humana e justiça social. Os futuros assistentes sociais precisam estar preparados para contextos complexos como o que estamos a passar.

Neste sentido, o presente estudo aborda os impactos que a COVID-19 trouxe para os estágios desenvolvidos no âmbito do envelhecimento nos três últimos anos curriculares. Este tem como cenário os estágios integrados pela licenciatura de Serviço Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, com 24 instituições parceiras. Procura-se observar os direitos da pessoa idosa defronte das medidas sanitárias impostas para impedir o contágio da COVID-19 e a necessidade de implementação de estágio em Serviço Social para garantir uma formação de qualidade e o direito do aluno em concluir a sua licenciatura pautada nos pilares teórico-prático.

Este estudo pretende contribuir para a reflexão sobre os estágios curriculares e as práticas de intervenção em situação de crise pandémica no âmbito do envelhecimento. Desta forma, é realizada uma análise aos projetos de intervenção e aos relatórios finais de estágio.

O presente estudo começa por enquadrar o Serviço Social no âmbito do envelhecimento, o impacto da pandemia COVID-19 junto da pessoa idosa, e posteriormente trabalha o lugar do estágio curricular na formação do futuro assistente social, tendo em conta os constrangimentos que o contexto pandémico trouxe para a população idosa e para a implementação de intervenções junto a este público.

Para o proposto, o estudo tem como base uma pesquisa documental com recurso à análise de conteúdo, aos projetos de intervenção social desenvolvidos pelos estagiários, aos relatórios finais de estágio, desenvolvidos no âmbito do envelhecimento nos anos curriculares de 2019/2020, 2020/2021 e às tendências para o ano letivo de 2021/2022, à literatura específica sobre a temática, e aos documentos oficiais.

O objetivo é avaliar o impacto que a atual conjuntura impôs aos estágios em Serviço Social, com a triangulação entre estes documentos supracitados e o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018), visto que o futuro profissional deve utilizar os “conhecimentos e procedimentos metodológicos específicos e complexos, adequados às idiossincrasias da situação humana e social” (APSS, 2018, p. 3). Tendo em conta que o Serviço Social se estrutura genericamente a partir do princípio universal de promoção do Bem-Estar, “atendendo às aceleradas mudanças a que o mundo está sujeito e à complexidade da vida humana” (APSS, 2018, p. 3).

1. O Envelhecimento e o Serviço Social

O envelhecimento da população constituiu um desafio para as sociedades atuais. Especialmente em contexto de crise esta questão ganha destaque nos debates em vários países, (Carvalho, 2011), e neste cenário Portugal ganha destaque, sendo atualmente um dos países mais envelhecidos do mundo (Carvalho, 2018a). Porém, quando falamos de intervenção com pessoas idosas, este público faz parte da identidade profissional do assistente social, uma vez que segundo Carvalho (2013; 2018b), ainda antes do envelhecimento se constituir como um desafio para a sociedade e para os Estados, as pessoas idosas, já eram “objeto” de intervenção do Serviço Social.

Carvalho (2018b) refere que o Serviço Social no âmbito do envelhecimento em Portugal aplica a sua intervenção em três níveis, nomeadamente: 1) macro (central/regional); 2) meso ou intermédio (local); e 3) micro (comunitário). Ao nível macro, o Serviço Social insere-se no quadro geral do Sistema de Segurança Social, mais precisamente integrado ao Sistema de Cidadania, nomeadamente no Subsistema de Solidariedade e no Subsistema de Ação Social, tendo como princípios “os direitos humanos e o direito das pessoas mais velhas a viver com dignidade” (Carvalho, 2018b, p. 428). No primeiro Subsistema, de acordo com a autora, a sua ação orienta-se para a avaliação da carência financeira e atribuição de prestações pecuniárias tais como: pensão de invalidez ou por morte. No segundo, a intervenção orienta-se para o acompanhamento de situações de risco social e a integração de idosos nas respostas sociais.

Carvalho (2018b) refere que no que diz respeito ao nível meso, a ação do Serviço Social centra-se no poder local, nas autarquias. Nestas, o Serviço Social tem um papel de conceção e desenvolvimento de programas e projetos específicos mais do que a ação direta. A ação direta neste nível está mais na habitação social e nas Juntas de Freguesia, onde há intervenção de respostas comunitárias como, por exemplo, os centros dia, onde são desenvolvidas atividades preventivas com pessoas idosas e famílias na comunidade.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) integram o nível micro, o nível comunitário das ações do Serviço Social, de acordo com a autora. Aqui tem-se uma intervenção mais alargada, multisserviços ou, então, mais restrita, dependendo da

conceção ou organização da resposta social. Carvalho (2018b) refere que os assistentes sociais desenvolvem ações de coordenação da resposta, trabalho em equipa e de intervenção direta e de promoção do envelhecimento ativo desenvolvido em projetos específicos.

Importa referir que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2002, apresentou o conceito de Envelhecimento Ativo, que surgiu na sequência do envelhecimento saudável preconizado até então, e que pretende ser mais abrangente, estendendo-se para além da saúde a aspetos socioeconómicos, psicológicos e ambientais, integrados num modelo multidimensional. A abordagem do Envelhecimento Ativo reconhece a importância dos direitos humanos das pessoas mais velhas e dos princípios da independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos pela ONU (Ribeiro & Paúl, 2011).

Diante do exposto, de acordo com Carvalho (2018a), podemos dizer que o campo de intervenção dos assistentes sociais na área do envelhecimento e da intervenção com pessoas idosas é vasto. Segundo a autora, os assistentes sociais nas políticas de velhice, atuam, nomeadamente: a) na construção e implementação de políticas sociais (construção e melhoria de respostas integradas e resposta a necessidades emergentes e atuais, a nível do sistema da segurança social e das autarquias (poder central e local); b) na promoção do envelhecimento ativo (promovendo a qualidade de vida e combatendo o idadismo, a discriminação, sobretudo a nível da intervenção comunitária); c) no desenvolvimento e integração na comunidade (intervenção em rede); d) na gestão das respostas (potenciar recursos); e) no apoio psicossocial com idosos e familiares (relação de ajuda e capacitação); f) na defesa de direitos (*Advocacy* e acesso a recursos) (Carvalho, 2018a, p. 6).

Página | 53

Neste seguimento, Carvalho (2011), que usa como referência Phillipson (2002, p. 58), destaca que o interesse atual do Serviço Social se pauta por questões como: a) “o aumento do número de pessoas muito idosas”; b) “a dependência funcional e cognitiva”; c) “a solidão”; e d) “a necessidade de apoio ao cuidador informal”. Contudo, é importante referir que a estas questões elencadas pela autora se encontram associados outros fenómenos.

Quanto ao aumento do número das pessoas muito idosas, a autora refere que estas estão mais vulneráveis aos problemas sociais e de saúde associados à idade. Carvalho (2011) assegura que este público está mais vulnerável a riscos como: pobreza, solidão, isolamento, necessidade de cuidados alargados e diferenciados, questões de discriminação pela idade, questões de violência e de pressão sobre os recursos no que diz respeito à sustentabilidade dos sistemas de proteção social e de saúde.

Quanto à questão da dependência funcional e cognitiva esta está associada, conforme a autora, ao aumento de doenças degenerativas como as demências, Parkinson e outras doenças crónicas e incapacitantes, como osteoporose e artrite, diabetes, doenças cardíacas, doenças oncológicas. As pessoas idosas, para além das doenças associadas a dependências, necessitam de uma maior extensão de cuidados pessoais, sociais e de saúde, num quadro de diminuição de recursos familiares, cuidadores informais e de recursos financeiros para investir em serviços.

No âmbito da solidão, ao analisar o género no envelhecimento, Carvalho (2011) destaca que as mulheres vivem frequentemente mais sós do que os homens, com

agravamento do risco de pobreza, e que nos homens que vivem sós, a probabilidade de cometerem suicídio aumenta.

Outra das questões que interessa ao Serviço Social, conforme Carvalho (2011), é a necessidade de apoio ao cuidador informal numa altura de desinvestimento dos recursos formais, como os cuidados continuados, cuidados no domicílio, residenciais e outros recursos, como as ajudas de apoio entre outros. As famílias são as primeiras cuidadoras de pessoas idosas, segundo a autora, e a crescente complexidade dos cuidados requeridos coloca em risco essa prestação. Nestes últimos anos, as políticas têm investido na formação, informação e apoio às famílias cuidadoras, contudo a sua extensão é limitada, assegura Carvalho (2011).

2. O envelhecimento e a pandemia COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19 uma pandemia, e foi reportado o primeiro caso em Portugal. “A doença de coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2” (OMS, março de 2022). Desde então, foram aplicadas restrições para conter a propagação do novo coronavírus. A pandemia conduziu a três períodos de confinamentos gerais, em Portugal, o primeiro de março a abril de 2020, o segundo de janeiro a março de 2021, e o terceiro de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, que determinaram implicações para a população em geral, como o dever de recolhimento em casa, encerramento de escolas, obrigação de teletrabalho quando aplicável, encerramento dos estabelecimentos de comércio e restauração, entre outros. Com tudo isto, verificou-se uma crise nos setores da saúde, social e económico, com profundo impacto sobre múltiplos níveis da sociedade (Mateus, 2020; Carqueja & Sousa, 2020; Novais et al. 2021, Pacheco, 2021).

Carqueja e Sousa (2020) sublinham que a conjuntura imprevisível vivida devido à epidemia, originou nos indivíduos consequências além do nível material e socioeconómico, também, a nível físico e psicológico, em virtude das medidas impostas (entre outros, a privação de contato social). Novais et al. (2021) destacam que os efeitos psicológicos decorrentes da pandemia, agravados pelos confinamentos, são múltiplos, tais como depressão, ansiedade, irritabilidade, sintomas de pós-stress traumático.

Apesar do coronavírus afetar todos os segmentos da população, existem grupos em que as consequências desta doença são mais graves. Os idosos e aqueles com condições médicas subjacentes, como doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crónicas ou cancro, são mais propensos a desenvolver doenças graves (OMS, março de 2022). Observa-se que é dentro deste grupo de indivíduos mais vulneráveis à COVID-19 que se encontram os idosos, por possuírem sistemas imunológicos fracos devido à idade e, por apresentarem, na sua generalidade, altas taxas de doenças crónicas.

Para se dimensionar a situação descrita, no final de setembro de 2020, sexto mês da pandemia, registam-se em Portugal mais de 75,5 mil casos confirmados e quase 2 mil óbitos, mas, apesar dos casos confirmados se distribuírem por todas as idades, foi no grupo etário dos 70 e mais anos que se concentrou a grande maioria dos óbitos, segundo Azevedo (2020).

Observou-se que todas as faixas etárias foram atingidas negativamente por este fenómeno, mas para além disso, segundo Novais et al. (2021) verificou-se um impacto maior para as pessoas mais velhas, em vários âmbitos, inclusive quanto à adaptação ao mundo digital. “Nestes casos, a exclusão social torna-se mais relevante e pode dar origem a um sentimento de dupla exclusão” (Novais et al. 2021, p. 762).

Os autores destacam no seu estudo que a pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nesta faixa etária, nomeadamente na redução do acesso aos cuidados de saúde, pelos próprios ou imposta, na diminuição da socialização e na deterioração de hábitos de vida, conduzindo a um desenvolvimento ou agravamento de sintomatologia ansiosa e depressiva. Os autores ainda apontam no seu estudo que em relação a outros aspetos associados à pandemia, as mulheres mais frequentemente que os homens tiveram um agravamento do seu estado de saúde, tal como terem ficado mais em casa desde o início da pandemia, abandonarem mais frequentemente as consultas ou tratamentos em curso e terem sentido mais dificuldades em conseguir que os seus rendimentos fossem suficientes para cobrir as suas despesas até ao final do mês.

Pacheco (2021) refere ainda que no decurso da pandemia COVID-19, os níveis de solidão, depressão e ansiedade aumentaram junto da população idosa. Desta forma, a autora recomenda intervenções no que diz respeito à saúde mental do idoso para minimizar as consequências da pandemia, com vista a aumentar a qualidade de vida e bem-estar da população idosa.

3. Os estágios curriculares na formação em Serviço Social

Este estudo entende o estágio como central no processo de formação do assistente social e *locus* privilegiado da relação entre a teoria e a prática. Nesta ótica “observa-se que teoria e prática são indissociáveis e o profissional que não tem uma postura investigativa em seu cotidiano corre o risco de reproduzir ações pragmáticas” (Ferri, 2020, p. 227).

Segundo Ferreira (2014) o processo de formação em Serviço Social

“deve acompanhar as tendências atuais da sociedade globalizada, preparando os profissionais para a conceção, diagnóstico, intervenção, avaliação e investigação das novas questões sociais na sociedade contemporânea, integrando-se assim no pensamento internacional do Serviço Social: *Evidence based practice in Social Work* e *Research based practice in Social Work*” (Ferreira, 2014, p. 339).

De acordo com Ferreira (2014), o Modelo de Formação Prática em Serviço Social no quadro do Plano de Formação de Bolonha estabelece um conjunto de relações de ensino-aprendizagem no domínio da formação, centradas no aluno e no desenvolvimento das suas capacidades.

A formação prática é uma componente privilegiada no âmbito da formação em Serviço Social em Portugal. O estágio curricular está “presente nos planos de estudo do curso de Serviço Social, constituindo-se importante componente dos mesmos, com

vinculação entre a educação formal, o mundo do trabalho e a prática profissional” (Freitas, 2013, p. 75). Neste sentido, a tradição da formação em Serviço Social é caracterizada por uma forte componente prática (Ferreira, 2014).

Contudo, segundo Ferreira (2014) é necessário e urgente iniciar uma reflexão aprofundada ao nível da formação em Serviço Social e definir com maior rigor o papel da formação prática tanto no plano de formação como no plano da certificação de um estudante de Serviço Social para o exercício da profissão de assistente social.

“É necessário reforçar o diálogo e o compromisso entre a Universidade, o Assistente Social e a Organização/instituição acolhedora do estágio. O supervisor institucional tem de ser reconhecido na universidade como um ator de formação prática em Serviço Social que tutoria, orienta e acompanha o progresso da aplicação de conhecimentos teóricos do estagiário no exercício profissional. O assistente social e a organização/instituição acolhedora do estágio têm de reconhecer o papel da universidade no aprofundamento de quadros teóricos e metodológicos através da investigação, estabelecendo relações de parceria qualificadas e de mais-valia para ambas as partes e para a formação e profissão” (Ferreira, 2014, p. 339).

O estágio faz parte do plano curricular do curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS), do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), integrado no último ano da licenciatura. “O estágio curricular tem como objetivo essencial o contacto do estudante em formação com a realidade profissional no terreno, de modo a permitir-lhe a operacionalização das competências adquiridas ao longo do curso” (Normas de Funcionamento de Estágio Curricular, Art. 1^o). Os estágios curriculares são obrigatórios, mas também se trata de um direito do estudante ter esta componente curricular prática na sua formação.

De acordo com as Normas de Funcionamento de Estágio Curricular do IPP cada estudante, ou grupo de estudantes, será supervisionado por um docente da área principal do curso, designado por supervisor. A organização, instituição ou empresa onde se realiza o estágio procederá à indicação de um responsável pelo acompanhamento do mesmo.

A supervisão de estágio, de acordo com Lewgoy e Scavoni (2002)

“é auxiliar o aluno no desenvolvimento de seu projeto político-profissional. Envolve a contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autónomo, do saber indagar e problematizar e, conseqüentemente, investigar, planejar e executar propostas qualitativas, na dinâmica das relações entre Estado, Sociedade Civil e Instituição (unidade de ensino e dos campos de estágio). Tudo isso, na busca de respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão” (Lewgoy & Scavoni, 2002, p. 2).

As autoras referem que este “auxílio ao estudante estagiário” remete a procura de alternativas, habilidades e uma competência no sentido de administrar o processamento teórico-prático. Lewgoy e Scavoni (2002) acrescentam que se procura decifrar e compreender a realidade, em constante movimento, as tendências e as possibilidades que se colocam para o estudante estagiário, assistente social de campo e supervisor académico.

O Estágio que integra a licenciatura de Serviço Social do IPP concretiza-se no desenvolvimento de 500 horas *in loco*, na instituição acolhedora, pelo estudante estagiário, e faz parte a implementação de um projeto de intervenção social, previamente elaborado e aprovado no âmbito da unidade curricular Seminário de Projeto - tendo esta unidade curricular 80 horas de contacto direto do estudante em contexto real de trabalho.

Dentre os procedimentos metodológicos adotados para a supervisão pedagógica de estágio nesta instituição de ensino, estão o acompanhamento do estudante estagiário através de momentos que visem trabalhar com este: a sensibilização, a desconstrução, a construção, a reconstrução, a avaliação e a proposição. Trata-se de levar o estudante para uma interpretação da realidade socioinstitucional, política e cultural, através de um olhar crítico, para que este seja capaz de assumir uma atitude permanente de indagação, ampliando o seu olhar sobre a realidade social. Estes momentos são realizados através de reuniões de supervisão pedagógica e análise reflexiva de três relatórios intercalares conjuntamente com o estagiário, bem como do relatório final de estágio.

Diante desta realidade, Lewgoy e Scavoni (2002) referem que os

“professores-supervisores, assistentes sociais de campo e alunos são seres situados em um contexto histórico, cultural e social, não somente como produto, mas também como agentes. Quer dizer, além de serem produzidos por este contexto social, são capazes de criticá-lo e de transformá-lo. Nesta lógica, o processo de supervisão é percebido, não como algo predeterminado e inalterado, mas como dinâmico, como lugar e tempo de concretização do ensino-aprendizagem. Pode ser compreendido como espaço de contradições, de conflitos, mas também de realizações, de conquistas, de superação, de solidariedade, criatividade e liberdade” (Lewgoy & Scavoni, 2002, p. 4).

Ferreira (2014) acredita ser necessário fortalecer e valorizar a formação prática através de estágios curriculares supervisionados. O autor defende também a organização e desenvolvimento de grupos de reflexividade sobre a prática profissional, aliando intervenção e investigação.

É importante referir ainda que a coordenação de curso de Serviço Social da ESECS-IPP disponibiliza previamente aos estudantes uma bolsa de locais de estágio constituída por aproximadamente 110 organizações, instituições ou empresas com disponibilidade para o acolhimento dos mesmos. Contudo, este número pode ser alterado anualmente, visto que os estudantes podem indicar novas instituições com sede nos seus locais de residência. Fazem parte desta “Bolsa de Estágio” instituições de

todo o país; dentre estas encontram-se também aquelas que realizam intervenção com a pessoa idosa, uma área de intervenção que não é nova para o Serviço Social (Carvalho, 2013; 2018b). No que concerne ao curso de Serviço Social da ESECS-IPP observamos 25 estágios no âmbito do envelhecimento nos três últimos anos letivos, nas mais diversas instituições.

4. Metodologia

A conjuntura atual constitui-se um desafio para as instituições que têm como foco a intervenção com a pessoa idosa. Para além disso, a formação dos futuros assistentes sociais tem como princípio o estágio curricular. Muitos estágios decorrem em instituições que têm como utentes idosos.

O envelhecimento é uma das áreas de atuação do assistente social. Contudo, com a observância dos direitos da pessoa idosa e com a necessidade de implementação de estágios, das medidas sanitárias impostas para impedir o contágio da COVID-19, trouxeram alguns constrangimentos.

Neste sentido, pretende-se analisar algumas questões:

- Quais os impactos que a COVID-19 trouxe para as pessoas idosas e conseqüentemente para o desenvolvimento dos estágios curriculares em Serviço Social no âmbito do envelhecimento?
- Como garantir os direitos dos estagiários em concluir o curso em contexto de pandemia e com medidas restritivas, na área de intervenção do envelhecimento?

Página | 58

Este estudo pretende responder a duas indagações e contribuir para a reflexão sobre os estágios curriculares e as práticas de intervenção em situação de crise pandémica no âmbito do envelhecimento. Desta forma, realizámos uma análise aos projetos de intervenção e aos relatórios finais de estágio.

Neste sentido, o presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa apresenta como enfoque a análise dos acontecimentos e fenómenos observáveis, a avaliação de variáveis comportamentais e/ou sócio afetivas suscetíveis de serem medidas, comparado e/ou relativo ao desenvolvimento da investigação (Coutinho, 2015). complementarmente, a atual investigação define-se como descritiva, visto que pretende observar, registar e descrever as particularidades de um dado acontecimento, neste caso, a intervenção do Serviço Social no contexto de estágio curricular, no âmbito da COVID-19, desenrolado numa determinada amostra.

Concluindo, no que diz respeito ao desenvolvimento no decurso do tempo, a investigação é qualificada como transversal, visto que ocorreu num período de tempo particular (Fontelles et al., 2009).

Após a recolha de dados, tornou-se necessário o tratamento das informações reunidas. Assim, no que concerne à análise dos documentos, procedeu-se à análise de conteúdo.

4.1 Caracterização da amostra

Do total de 25 projetos de intervenção social no âmbito do envelhecimento, 18 foram desenvolvidos e concluídos nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 e 7 estão

construídos, mas ainda se encontram em fase de implementação ao longo deste ano letivo (2021/2022). Na nossa análise, verificamos que entre os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 obtivemos 18 projetos de intervenção social no âmbito do envelhecimento, implementados em contexto de estágio em Serviço Social, sendo 3 do ano letivo 2019/2020 e 15 do ano letivo 2020/2021. No ano letivo 2021/2022 constatamos 7.

Locais ou cidades de realização dos estágios em Serviço Social

Dos 25 projetos desenvolvidos constatamos que os locais ou cidades que receberam a intervenção dos nossos estágios foram, nomeadamente: (2) Alagoa (Portalegre), (1) Arez (Nisa), (1) Borba, (1) Cadaval, (3) Castelo de Vide, (1) Estremoz, (2) Évora, (1) Ponte de Sor, (3) Portalegre, (1) Portimão, (2) Reguengo (Portalegre), (1) Santa Maria (Açores), (1) São Julião (Portalegre), (1) Taberna Seca, (1) Torres Vedras, (1) Tramaga e (1) Vila de Rei, e (1) Vila Nova da Barquinha.

Instituições de Acolhimento

Quanto às instituições e/ou entidades de acolhimento dos 18 estágios dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, observamos que 14 projetos foram implementados em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), “sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público” (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, Artigo 1º). Um projeto foi implementado numa instituição humanitária, a qual apresenta um estatuto “não governamental de carácter voluntário e de interesse público, que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado (...), é uma pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para a prossecução dos seus fins (...), está subordinada às convenções internacionais de Genebra, subscritas e ratificadas por Portugal, no âmbito das suas finalidades (...), sendo a sua duração ilimitada e gozando dos benefícios inerentes às instituições de utilidade pública e instituições particulares de solidariedade social” (Decreto-Lei n.º 164/91, Artigo 1º). Destes projetos, 3 foram em autarquias, caracterizadas como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (CPR, Artigo 235º).

No ano letivo 2021/2022 observamos que entre os 7 projetos de intervenção, 6 estão a ser desenvolvidos em IPPS e um está a ser desenvolvido numa Cooperativa Social, que “são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles” (Lei n.º 119/2015, Artigo 2º).

Respostas Sociais

Dentre as respostas sociais, dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, constatamos que 11 projetos foram desenvolvidos em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

(ERPI), que são “alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem” (Portaria n.º 67/2012, Artigo 1.º). Um projeto foi desenvolvido no Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o qual “consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito” (Valduga, 2021; Segurança Social, 2022). Observamos também que 3 estágios foram desenvolvidos em autarquias, em serviços/divisões destinados à área sénior. Destacamos também que um foi desenvolvido na resposta social Centro de Dia, um foi desenvolvido num Centro de Recursos Comunitário e finalmente um foi desenvolvido numa Rede Local de Intervenção Social.

Já no ano letivo de 2021/2022, temos em desenvolvimento 4 projetos em ERPI. Além destes temos um projeto que está sendo desenvolvido em uma Associação Social, integrado a um projeto específico concebido por esta, outro está integrado numa Cooperativa Social também integrado a um projeto e por último temos um projeto a ser desenvolvido em um Centro de Dia.

5. Resultados do Estudo

5.1 O foco das intervenções sociais nos estágios no âmbito do envelhecimento em contexto pandémico

Este estudo optou por analisar apenas os objetivos gerais dos projetos de intervenção, nos anos letivos em análise, não analisando os objetivos específicos. Desta forma, nos objetivos gerais dos projetos de intervenção no âmbito do envelhecimento dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, configuram-se nomeadamente em: 1) “promover o envelhecimento ativo”; 2) “criar condições de bem-estar e qualidade de vida dos idosos”; 3) “impulsionar a capacitação (dos funcionários) no âmbito da saúde mental dos idosos”; 4) “promover o bem-estar dos cuidadores formais do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)”; 5) “proporcionar uma melhor qualidade de vida à pessoa idosa”; 6) “combater o isolamento social através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)”; 7) “garantir a satisfação das necessidades de bem-estar (físico, psicológico e social) dos utentes num contexto de restrições devido a crise sanitária e pós-crise”; 8) “promover a saúde mental do idoso”; 9) “reduzir os impactos da atual pandemia Covid 19”; 10) “promover a qualidade de vida dos idosos no concelho, com principal enfoque aos níveis de bem-estar físico, mental e social”; 11) “contribuir para a qualidade de vida dos seniores em situação de isolamento social”; 12) “potenciar a interação social”; 13) estimular o espírito de solidariedade e de entreajuda”; 14) “garantir o bem-estar, a qualidade de vida e segurança dos utentes”; 15) “proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos idosos que se encontram em isolamento social, através do envelhecimento ativo”; 16) “analisar as alterações na intervenção do Serviço Social, decorrentes das novas exigências da Pandemia; 17) “avaliar a satisfação dos utentes”; 18) “envolver os utentes e as suas respetivas

famílias na procura de soluções para diminuir o isolamento”; 19) “promover contactos com os familiares e amigos dos utentes”; 20) “sensibilizar os familiares para a participação nas atividades da Instituição”; 21) “proporcionar passeios sociais virtuais através de uma plataforma online”; 22) “fortalecer a identidade”; 23) “potenciar o voluntariado”; 24) “capacitar para a participação”; 25) “melhorar a autoestima”; 26) “conhecer os motivos das sinalizações de idosos para respostas urgentes” (Saramago, 2020a; 2020b; Galhardas, 2021a; 2021b; Carrapiço, 2021a; 2021b; Martins, 2021a; 2021b; Damião, 2021a; 2021b; Camões, 2021a; 2021b; Calhau, 2021a; 2021b; Gamboa, 2021a; 2021b; Carvalho, 2021a; 2021b; Figueiredo, 2021a; 2021b; Quaresma, 2021a; 2021b; e Ruivo, 2021a; 2021b; Gaspar, 2020a; Raposo, 2020a; Pelarigo, 2021a; 2021b; 2021c; Belo, 2021a; 2021b; Melo, 2021a; 2021b; 2021c; Alves, 2021a).

No ano letivo 2021/2022 os projetos ainda estão em fase de implementação, mas constatamos que os objetivos gerais se configuram em: 1) “promover a relação intergeracional”; 2) melhorar o bem-estar profissional e a qualidade das condições de trabalho dos colaboradores da instituição”; 3) “promover a partilha de conhecimentos culturais da pessoa idosa para outras gerações”; 4) “combater a solidão e o isolamento da população idosa”; 5) “promover uma cultura de mudança assente nas necessidades dos utentes”; 6) “valorizar os direitos dos utentes em contexto residencial; 7) “capacitar os utentes para a sua qualidade de vida”; 8) “verificar a concretização dos direitos dos residentes nas dinâmicas da vida na Instituição”; 9) “fomentar a autovalorização dos utentes”; 10) “valorizar o papel da pessoa idosa; 11) “desenvolver competências nos colaboradores da instituição”; 12) “aumentar o sentimento de segurança das colaboradoras na intervenção com pessoas com demência; 13) “melhorar a convivência entre os utentes com e sem demência diagnosticada; 14) “promover a manutenção das funções cognitivas das pessoas com demência”; 15) prevenir o agravamento das capacidades cognitivas dos utentes sem diagnóstico de demência” (Marques, 2022; Indi, 2022; Argueles, 2022; Rodrigues, 2022; Botelho, 2022; Pires, 2022; Conceição, 2022).

5.2 Metodologia de Intervenção: Modelos, Instrumentos e Técnicas privilegiados em contexto de Estágio

De acordo com os 25 projetos e/ou relatórios de estágios, dos anos letivos em análise, constatamos que os modelos de intervenção social privilegiados foram/são, nomeadamente: o modelo centrado nas tarefas (9); o modelo sistémico e o ecológico (7); o modelo psicossocial (6); o modelo de intervenção em crise (3), serviço social de grupo (3); o modelo de intervenção comunitária de Jack Rothman (1995) (2); o crítico radical (1); gestão de caso (1); humanista (1), humanidade (1); o modelo centrado na pessoa (1); o modelo centrado na resolução de problemas (1) e o modelo de gestão de conflitos (1).

Importa referir que algumas intervenções elegeram mais de um modelo, de acordo com os objetivos propostos.

Segundo os mesmos documentos, observamos que os instrumentos eleitos para o desenvolvimento da intervenção foram/são: 1) observação direta; 2) observação indireta; 3) entrevista; 4) questionário; 5) observação participante; 6) reuniões; 7) visitas domiciliárias; 8) trabalho em grupo; 9) dinâmicas de grupo; 10) pesquisa e análise

documental; 11) aplicação de escalas; 12) grelhas de registo; 13) inquéritos de satisfação; 14) ficha âncora; 15) panfletos; e 16) tratamento de dados.

Quanto às técnicas privilegiadas destacam-se: 1) mediação; 2) criação de novas parcerias; 3) capacitação/formação; 4) empoderamento; 5) relação de ajuda; 6) metodologia participativa e colaborativa; 7) investigação; 8) recrutamento de voluntários; e 9) terapia da reminiscência.

Neste sentido, considerando as diferentes estratégias de intervenção desenvolvidas para o alcance dos objetivos no quotidiano dos estágios em análise, procedeu-se ao agrupamento destas em 5 categorias: 1) utentes; 2) famílias; 3) comunidade; 4) colaboradores; e 5) instituição.

A primeira categoria, *Utentes*, mostra que os estágios curriculares em contexto de pandemia procuraram enfatizar a sua intervenção na pessoa idosa, com preocupação em intensificar o bem-estar e a qualidade de vida do utente. Observamos que grande parte focou ou foca a sua intervenção nas questões emocionais e/ou relacionais, por exemplo.

- “aumento da capacidade relacional” (Saramago, 2020a).
- “estímulo de capacidades cognitivas e motoras” (Saramago, 2020a).
- “apoio emocional” (Camões, 2021a).
- “promoção do bem-estar psicológico do utente” (Calhau, 2021a).
- “apoio nas necessidades quotidianas” (Camões, 2021a; Gamboa, 2021a).
- “trabalhar a autoestima e o empoderamento da pessoa idosa” (Belo, 2021a; Melo, 2021a).
- “desenvolvimento da autoestima” (Gamboa, 2021a; Conceição, 2022a).
- “desenvolvimento da integração social” (Gamboa, 2021a).
- “amenizar os efeitos da pandemia” (Martins, 2021a; Damião, 2021a), nos idosos.
- “promoção da saúde física e mental” (Martins, 2021a).
- “estímulo das capacidades cognitivas” (Martins, 2021a; Pires, 2022a; Belo, 2021a; Botelho, 2022a).
- “trabalhar na socialização e espírito de grupo” (Martins, 2021a).
- “diminuir e prevenir os sintomas de depressão dos idosos” (Figueiredo, 2021a).
- “promoção do relacionamento interpessoal” (Figueiredo, 2021a; Calhau, 2021a), seja entre estes (utentes), a família, funcionários, e/ou voluntários.
- “combater o sentimento de solidão” (Figueiredo, 2021a; Calhau, 2021a).
- “socialização dos idosos na instituição” (Damião, 2021a).
- “identificar utentes com demência e as tipologias” (Galhardas, 2021a).
- “combate ao isolamento social e os riscos de solidão” (Quaresma, 2021a; Gamboa, 2021a).
- “promover a capacidade motora” (Quaresma, 2021a).
- “diminuir momentos de agitação” (Belo, 2021a; Pires, 2022).
- “avaliação da satisfação dos utentes” (Pelarigo, 2021a).
- “proporcionar momentos de estimulação cognitiva” (Pires, 2021a).
- “promoção da autonomia da população idosa” (Melo, 2021a).
- “promoção dos direitos da pessoa idosa” (Rodrigues, 2022a).

- “valorizar os direitos das pessoas idosas em contexto residencial” (Rodrigues, 2022).
- “envolver utentes e colaboradores numa reflexão sobre os direitos das pessoas idosas em contexto residencial” (Rodrigues, 2022).
- “partilhar aprendizagens e experiências de vida entre utentes e colaboradores.” (Conceição, 2022).
- “informar/esclarecer sobre comportamentos característicos das pessoas com demência” (Botelho, 2022);
- “combate a solidão e o isolamento da população idosa” (Indi, 2022).
- “criar uma comissão de utentes” (Pires, 2022).
- “facilitar o conhecimento e utilização dos serviços e recursos que a comunidade dispõe para a população idosa” (Melo, 2021a).
- “capacitar para a participação.” (Melo, 2021a).

A segunda categoria, *Famílias*, centra-se em uma maior aproximação dos utentes com as suas famílias, com adoção ou não de recursos tecnológicos, visto que o contexto afetou significativamente este sector.

- “aumentar o contacto com as famílias” (Pelarigo, 2021a).
- “reforçar os laços existentes com a família e restante da comunidade” (Damião, 2021a).
- “garantir a manutenção dos laços familiares e de amizade” (Martins, 2021).
- “aumentar a regularidade dos contactos com a família, seja através das tecnologias ou presencial” (Camões, 2021a; Belo, 2021a).
- “promoção de momentos de alegria/afeto entre utentes e familiares” (Calhau, 2021a).
- “avaliar a satisfação das famílias” (Pelarigo, 2021a).

Página | 63

A terceira categoria diz respeito à *Comunidade*. Esta categoria apresenta a ampliação de parcerias e/ou de recrutamento de voluntários. Para isso os estagiários focam a sua intervenção na sensibilização de membros da comunidade e/ou instituições para a promoção da inclusão social da pessoa idosa.

- “reforçar os laços existentes com a família e restante da comunidade” (Damião, 2021a).
- “promoção do contacto intergeracional” (Saramago, 2020a), através de estudantes das escolas secundárias.
- “promoção do encontro intergeracional” (Indi, 2020), em atividades que envolvam estudantes de escolas secundárias.
- “estimular as relações intergeracionais” (Figueiredo, 2021a; Marques, 2022), através do recrutamento de voluntários, sendo estes jovens estudantes universitários.
- “promover e apoiar o contacto e a solidariedade entre diferentes gerações” (Quaresma, 2021a).
- “promoção de ações de sensibilização junto da comunidade” (Saramago, 2020a), quanto ao reconhecimento do papel da pessoa idosa na sociedade.
- “potenciar atividades que promovam o estreitamento da relação com a comunidade local”.

- “criar parcerias com instituições culturais e de solidariedade social” (Saramago, 2020a).
- “envolvimento de jovens como voluntários” (Saramago, 2020a; Figueiredo, 2021a; Marques, 2022).
- “sensibilizar a população para o voluntariado” (Melo, 2021a).
- “criar uma rede de voluntariado” (Melo, 2021a).
- “formar voluntários” (Melo, 2021a).
- “criar relações de parceria com instituições que contribuam de forma continuada para o esclarecimento dos temas da demência e *burnout*” (Botelho, 2022).

Quanto aos *Colaboradores*, observamos que as estratégias indicam que foi promovida a capacitação dos funcionários de duas ERPI, no ano letivo 2019/2020. Nos anos letivos 2020/2021 e 2021/2022, pela sobrecarga de trabalho dos funcionários, que trouxe o contexto pandémico, apostou-se no bem-estar dos colaboradores em dois projetos

- “capacitação dos colaboradores no âmbito da saúde mental”, (Galhardas, 2021a), intervenção com foco na qualificação desse público-alvo no que diz respeito a demência e suas tipologias.
- “criação de momentos de partilha” (Carrapiço, 2021a).
- “prevenção de doenças mentais e físicas nos cuidadores formais” (Carrapiço, 2021a).
- “identificar os níveis de *burnout* nos colaboradores da instituição” (Argueles, 2022).
- “desenvolver estratégias de empoderamento dos colaboradores para fazer face à situação de *burnout*” (Argueles, 2022).
- “aplicar exercícios de relaxamento, controlo da respiração, mindfulness, partilha de ideais, motivação” (Argueles, 2022), durante as pausas laborais.
- “contribuir para a partilha de conhecimento sobre os direitos dos utentes” (Rodrigues, 2022).
- “informar/esclarecer sobre comportamentos característicos das pessoas com demência” (Botelho, 2022).
- “criar um programa de formação sobre demências e *burnout* para colaboradores” (Botelho, 2022).
- “valorizar o papel da pessoa idosa junto dos colaboradores” (Conceição, 2022).

Na última categoria, *Instituição*, observamos que os estágios procuraram implementar uma nova rotina de atividades, sejam estas culturais, de ensino ou recreativas.

- “dinamizar e organizar atividades culturais de aprendizagem e ensino informal” (Saramago, 2020a).
- “organização de atividades recreativas e palestras” (Saramago, 2020a).
- “readquirir rotina de atividades de caráter religioso e comemorações festivas” (Camões, 2021a).

- “identificar as necessidades da instituição na sequência das exigências da Pandemia” (Gaspar, 2022; Raposo, 2020a).
- “identificar as alterações na intervenção do Serviço Social na sequência das exigências da Pandemia” (Gaspar, 2022; Raposo, 2020a).
- “conhecer os motivos das sinalizações de idosos para respostas urgentes” (Alves, 2021a).

5.3 Alterações no planeamento e avaliação dos resultados do Estágio

Todos os projetos aqui analisados foram influenciados pelo contexto de pandemia e pelos consequentes constrangimentos impostos às instituições, embora com diferentes graus de impacto, tendo os projetos do ano 2019/2020 sofrido maiores necessidades de adaptação.

Os 3 projetos desenvolvidos no ano letivo 2019/2020 foram surpreendidos com a declaração de pandemia pela OMS no dia 11 de março de 2020 e com a declaração de Estado de Emergência em Portugal a 18 de março de 2020, que obrigaram a fortes medidas de distanciamento e isolamento social. As instituições de apoio a pessoas idosas foram alvo de um conjunto de medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19 (Despacho n.º 4097-B/2020). O presente despacho pretendeu dar cumprimento ao especial dever de proteção das pessoas com idade superior a 70 anos, que se encontram em estabelecimentos de apoio residencial, social ou de recuperação de saúde, grande parte das quais em situação de dependência, com doença crónica e sem apoio familiar de retaguarda, sensibilizando para a necessidade de definir circuitos e procedimentos de intervenção das instituições e entidades públicas que são chamadas a atuar nesta sede, tendo em consideração a especial fragilidade dos cidadãos a que a intervenção se dirige.

As 3 instituições de acolhimento de estágio dos alunos do ano referido assumiram diferentes comportamentos, nomeadamente: a) uma instituição (IPSS) suspendeu o estágio que estava a ser desenvolvido em ERPI, justificando a necessidade de reduzir ao mínimo a entrada de pessoas na instituição; b) uma instituição (IPSS) manteve o compromisso de manutenção do estágio na sua resposta social, Centro de Dia, solicitando ao aluno a adaptação dos objetivos à nova realidade emergente; e c) uma instituição (IPSS) manteve o compromisso de manutenção do estágio na sua resposta social, ERPI, solicitando uma adaptação das atividades ao contexto pandémico.

De referir que o compromisso cancelado foi imediatamente assumido por uma outra instituição de igual estatuto jurídico (IPSS) e na mesma resposta social (ERPI), tendo o aluno completado o seu processo formativo com projeto adaptado à nova realidade institucional.

Os 15 alunos que definiram e desenvolveram projetos no ano curricular 2020/2021, já em contexto de pandemia, assistiram a um prolongado momento de restrições do Estado em resposta à situação pandémica. Portugal viveu de 06 de novembro de 2020 a 30 de abril de 2021 em Estado de Emergência. Foram dez renovações de Estado de Emergência durante o referido período. Contudo, apenas quatro instituições restringiram o acesso dos alunos durante este, os outros onze não sofreram restrições de permanência nas instituições ou imposição de teletrabalho, embora tivessem que cumprir regras rígidas de segurança. Quanto ao ano curricular

atual, 2021/2022, os 7 alunos até ao momento não sofreram restrições de permanência nas instituições.

5.4 Modalidade de estágio: presencial ou a distância

Quanto às modalidades de trabalho adotadas em cenário de pandemia, constatamos que 17 dos estágios desenvolvidos nos anos referidos por este estudo continuaram a manter o contato presencial, embora fosse necessário cumprir as regras rígidas que o contexto sanitário exige, como por exemplo: manter o distanciamento social, teste periódico para constatar a ausência da COVID-19, máscaras de proteção, uso de roupas específicas e/ou higienização das mãos com frequência.

Por decisão da presidência do IPP, todos os estágios e atividades letivas foram suspensas do dia 16 de março de 2020 até ao dia 13 de abril de 2020, em virtude da pandemia. / Os estágios foram retomados considerando as contingências nacionais e institucionais. Diante disso, os / três alunos do ano curricular 2019/2020, no primeiro ano de pandemia, para estar em conformidade com o Estado de Emergência em vigor de março a abril de 2020, tiveram que iniciar o seu estágio à distância no dia 20 de abril de 2020, a fim de reformularem os seus objetivos e/ou atividades. Contudo, depois estes integraram as instituições de modo presencial. É importante referir que durante o Estado de Emergência quatro alunos do ano letivo 2020/2021 tiveram “ausências temporárias” e estes se mantiveram à distância, mas a desenvolver atividades em teletrabalho até poderem retomar a modalidade presencial. Já os sete alunos do corrente ano letivo, 2021/2022, encontram-se na modalidade presencial.

6. Discussão dos Resultados

O presente estudo pretendeu dar resposta a duas questões: 1) Quais os impactos que a COVID-19 trouxe para o desenvolvimento dos estágios curriculares em Serviço Social no âmbito do envelhecimento? 2) Como garantir os direitos dos estagiários em concluir o curso em contexto de pandemia com medidas restritivas, na área de intervenção do envelhecimento?

Para responder a ambas as questões, é imprescindível perceber as alterações no funcionamento das próprias instituições, os novos papéis assumidos pelos assistentes sociais na resposta à pandemia, bem como analisar os objetivos dos projetos definidos pelos alunos.

As estruturas/serviços de apoio a pessoas idosas sofreram profundas restrições no âmbito da pandemia COVID-19. Identificadas como grupo de risco pela Direção Geral de Saúde (2020), as pessoas idosas foram alvo de maiores preocupações e restrições, para garantir a sua segurança e mesmo sobrevivência. Desta nova realidade emergiram profundas alterações no desempenho dos assistentes sociais que, tendo de cumprir as orientações emanadas pelas entidades oficiais, tiveram, simultaneamente, de se reinventar para diminuir o forte impacto que o afastamento das famílias e da comunidade em geral provocou.

A redefinição da prática profissional surgiu como um imperativo, numa profissão à qual foi solicitada atuação neste cenário de crise, ao mesmo tempo que teve de se

reorganizar internamente e assumir a gestão da reorganização do espaço, redefinição dos recursos humanos, articulação com as instituições da comunidade (nomeadamente saúde e segurança social) e criação e implementação dos planos de contingência.

A modalidade de trabalho mais representativa junto dos assistentes sociais foi a de trabalho presencial em contato direto com os cidadãos, tendo maior peso nos campos de intervenção do envelhecimento (Cardoso, Vilar & Casquilho, 2020, p. 13).

A modalidade de teletrabalho não teve enquadramento legal nos assistentes sociais que se encontravam a desempenhar funções em IPSS, mantendo-se todos no desenvolvimento das suas funções: trabalhadores de instituições, equipamentos sociais ou de entidades que desenvolvam respostas de carácter residencial de apoio social e de saúde às pessoas idosas, às pessoas com deficiência, às crianças e jovens em perigo e às vítimas de violência doméstica (Decreto nº 3-C/2021).

Para os assistentes sociais que se encontravam a desempenhar funções noutras instituições, a Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) assume que a situação de emergência em saúde pública e a implementação dos planos de contingência interferentes no exercício profissional do Assistente Social representam um enorme desafio para a atividade profissional, exigindo múltiplas adaptações, importando ter uma atenção redobrada à observação de cada um dos princípios éticos e deontológicos da profissão (APSS, 2020, s/p). A mesma Associação reforça que a Federação Internacional de Assistentes Social/ Sociais (FIAS) faz notar que os assistentes sociais devem reconhecer que o uso da tecnologia digital e dos media sociais podem representar ameaças para a prática de vários princípios éticos, incluindo a reserva de privacidade e de confidencialidade, assim como conflitos de interesse, competência e documentação, devendo obter o conhecimento e as competências necessárias para proteger as suas ações profissionais contra práticas antiéticas ao usar a tecnologia (APSS, 2020, s/p).

Página | 67

Os assistentes sociais indicam a gestão de recursos humanos e os contextos socioinstitucionais como os maiores desafios durante a pandemia (Cardoso, Vilar & Casquilho, 2020, p. 42). Quanto à gestão de recursos humanos, foi necessária uma reorganização dos serviços para responder às normas estabelecidas pela DGS, formação específica, procura de trabalhadores com qualificação profissional adequada às necessidades do momento, coordenação do trabalho das equipas em novas modalidades, nomeadamente organização de equipas em espelho, gestão da redução do número de trabalhadores ao serviço por questões de saúde ou de apoio a filhos menores de 12 anos, sendo de realçar a preponderância das mulheres nos serviços e respostas sociais e o facto de elas assumirem, também no espaço familiar, a maioria das responsabilidades ao nível do cuidar (Cardoso, Vilar & Casquilho, 2020, p. 34).

Quanto aos contextos socioinstitucionais, incluem-se desafios na reconfiguração/gestão das respostas sociais, serviços e da própria intervenção, assim como a necessidade de alargamento de serviços e apoios (Cardoso, Vilar & Casquilho, 2020, p. 43).

Não obstante o facto de os assistentes sociais terem assumido novos papéis, introduzindo mudanças na organização dos serviços e recriado ou ampliado programas sociais, estes profissionais mantiveram a sua intervenção junto das pessoas idosas e das suas famílias. Com a função de potenciar a manutenção e reforço dos laços existentes com a família e comunidade (Ribeirinho, 2013, citada por Carvalho, 2013, p. 190), os

assistentes sociais integrados nas respostas direcionadas para a intervenção com as pessoas idosas tiveram de implementar estratégias de aproximação (à distância), por forma a diminuir o impacto negativo na saúde mental da sua população-alvo.

Todas estas restrições provocaram alterações à presença dos alunos de Serviço Social nas instituições de acolhimento que, obrigadas a restringir o acesso às pessoas significativas das pessoas idosas, foram igualmente obrigadas a repensar formas de aceitação da continuidade do compromisso assumido com os alunos. Daqui emergiram diferentes realidades: instituição que impediu a continuidade do estágio e cancelou o compromisso assumido com a ESECS-IPP, o que obrigou à procura de nova instituição de acolhimento; instituições que impediram o acesso dos alunos apenas durante os períodos de decretação do Estado de Emergência, de março a abril de 2020, para aqueles do ano letivo 2019/2020, e de novembro de 2020 a abril de 2022, para os alunos do ano letivo 2020/2021, e instituições que não impuseram restrições de presença aos alunos, tendo apenas obrigado ao óbvio cumprimento das regras implementadas pela DGS e apresentação de teste negativo à COVID-19. Em suma, todos os estágios se concretizaram, dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, mesmo que tivesse sido necessário alterar projetos anteriormente aprovados, com redefinição de objetivos e/ou de atividades em torno da criação de alternativas de contacto à distância e de análise das alterações da intervenção do Serviço Social neste contexto, eliminando as atividades que previam envolvimento da comunidade.

A possibilidade de manutenção e continuidade dos processos de estágio neste contexto de pandemia constituiu uma oportunidade de elevada relevância para os alunos, na medida em que lhes permitiu acompanhar todo o processo de mudança e participar na reflexão e construção de intervenções direcionadas para um problema social de inegável atualidade, apoiando as instituições a encontrar respostas alternativas num contexto extraordinário. Daqui decorre o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a realidade, num processo acompanhado pelos supervisores institucionais, que se revela dinâmico enquanto espaço de concretização do ensino-aprendizagem (Lewgoy & Scavoni, 2002, p. 4), e num processo de preparação para a conceção, diagnóstico, intervenção, avaliação e investigação das novas questões sociais na sociedade contemporânea (Ferreira, 2014, p. 339).

Tendo por base a análise dos projetos desenvolvidos pelos alunos, podemos afirmar que nos 18 projetos desenvolvidos nos anos 2019/2020 e 2020/2021 (anos de maiores incertezas quanto ao comportamento do vírus e de implementação de maiores restrições), foram definidos objetivos gerais de combate ao isolamento social e relacionados com preocupações com a saúde mental das pessoas idosas, ambos associados ao contexto de restrições da crise sanitária. As respostas ao isolamento social colocam as tecnologias de informação e comunicação ao serviço de uma maior aproximação entre as pessoas idosas e os seus familiares ou amigos e também ao serviço de formas alternativas de contacto com o exterior, como é exemplo a criação de passeios virtuais. Os objetivos que se centram na promoção da saúde mental relacionam-se, igualmente, com preocupações com o impacto das restrições de contacto social, associadas ao sentimento de solidão e sintomas de depressão. Os objetivos de criação de grupos de voluntariado para apoio a pessoas idosas nos seus domicílios também revelam especial preocupação com o impacto das restrições de contacto e consequente isolamento social das pessoas idosas.

Tendo por base os sete projetos ainda em desenvolvimento durante o presente ano letivo, 2021/2022, verifica-se uma preocupação crescente com os colaboradores da instituição (que durante o tempo de pandemia se sentiram sobrecarregados com inúmeras tarefas e obrigação de substituição de colegas ausentes), de reforço dos direitos dos utentes (nomeadamente em contexto residencial) e de promoção da relação intergeracional.

Mesmo num contexto de emergência, os projetos definidos pelos alunos não se restringiram a respostas imediatistas, meramente associadas a uma intervenção assistencialista, mas privilegiam técnicas de capacitação, empoderamento, mediação, metodologias participativas e colaborativas, com referência frequente à criação de parcerias. Revelam preocupação em intensificar o bem-estar e qualidade de vida da pessoa idosa, centram-se numa maior aproximação das pessoas idosas às suas famílias, procuram ampliar parcerias e/ou recrutar voluntários, sensibilizar membros da comunidade e/ou instituições para a promoção da inclusão social da pessoa idosa e implementar uma nova rotina de atividades, sejam estas culturais, de ensino ou recreativas. Quanto aos modelos de intervenção privilegiados, destacam-se os modelos sistémico, ecológico e psicossocial (59%), sendo seguidos pelo modelo de intervenção em crise, intervenção comunitária de Jack Rothman e Serviço Social de grupo. Outros modelos referidos surgem de forma isolada, sem relevância estatística.

Assim, a partir dos dados recolhidos, conclui-se que as instituições de acolhimento de estágios e os projetos planeados e implementados pelos alunos da ESECS-IPP nestes anos de pandemia se centram na promoção do envelhecimento ativo, na gestão das respostas, no apoio psicossocial a doentes e familiares e na defesa dos direitos, em detrimento da construção e implementação de políticas sociais e do desenvolvimento e integração na comunidade (Carvalho, 2018a, p. 6). Os diferentes projetos aqui em análise revelam interesses compatíveis com algumas dimensões referidas por Phillipson (2002, citado por Carvalho, 2011), tais como “a dependência funcional e cognitiva” e “a solidão”. O impacto físico e psicológico da COVID-19 é priorizado pelos alunos. Não obstante o impacto físico e psicológico na vida de todos os indivíduos, o grupo das pessoas idosas é potencialmente mais afetado pelas consequências negativas, ao que acresce inclusivamente a maior dificuldade de adaptação ao mundo digital (Novais et al., 2021). A preocupação dos alunos pelo reforço dos níveis de socialização é evidente. A “necessidade de apoio ao cuidador informal”, também referida por Phillipson (2002, citado por Carvalho, 2011), não se encontra espelhada nos projetos elaborados pelos alunos, eventualmente justificado pelo maior distanciamento a estes cuidadores, fruto das medidas de isolamento decretadas.

Relativamente ao objetivo de perceber o impacto da COVID-19 nos estágios curriculares em Serviço Social no âmbito do envelhecimento e de perceber a forma como foi garantido o direito destes estagiários em concluir o curso em contexto de pandemia, este estudo permite concluir que os objetivos dos projetos definidos pelos alunos se adaptaram ao contexto e acompanharam a evolução da própria realidade social, respondendo às exigências do próprio processo de formação em Serviço Social que, segundo Ferreira (2014), deve acompanhar as tendências atuais da sociedade globalizada. Também a colaboração das instituições de acolhimento na manutenção do compromisso assumido com os alunos e com a ESECS-IPP, mesmo em contextos sujeitos a sérias restrições de contacto, permitiu garantir aos alunos o direito de conclusão do

curso. Desta forma, os alunos da ESECS-IPP tiveram a oportunidade de participar na implementação de boas práticas implementadas pelo Serviço Social das diferentes organizações, que revelaram capacidade de enfrentar as consequências sociais da COVID-19.

Conclusão

O envelhecimento é uma área clássica da intervenção do Serviço Social, pois ainda antes do envelhecimento se constituir como um desafio para a sociedade e para os Estados, as pessoas idosas já integravam o campo de intervenção do Serviço Social. As restrições decorrentes da pandemia COVID-19, embora decretadas à escala mundial, foram aplicadas de forma especialmente rigorosa ao grupo de pessoas idosas, por ser considerado um grupo especialmente vulnerável ao impacto da contaminação e as transformações que decorreram da sua aplicação constituíram uma oportunidade de intervenção na qual os alunos da ESECS-IPP tiveram a possibilidade de participar.

Num contexto de grande instabilidade e insegurança, decorrentes dos efeitos da pandemia, as instituições que desenvolvem intervenção com as pessoas idosas demonstraram capacidade de adaptação imediata às novas circunstâncias e, não obstante as dificuldades vivenciadas diariamente, foram o suporte material e emocional de inúmeras pessoas idosas que se viram afastadas dos seus familiares. Neste contexto, os assistentes sociais mostraram capacidade de reação imediata, competências de gestão e planeamento, bem como capacidade de reinvenção do seu papel, introduzindo novas formas de intervenção, sem nunca deixar de priorizar o seu objetivo de promoção da relação das pessoas idosas com a sua rede informal de apoio. Sem negar as inúmeras dificuldades e eventuais lacunas, os assistentes sociais mantiveram-se na linha da frente, garantindo o apoio a pessoas idosas e aos seus familiares que, à distância, aumentavam as suas preocupações e exigiam contactos mais frequentes.

O enfrentamento da pandemia foi revelador da capacidade de iniciativa e criatividade dos assistentes sociais assim como revelador da necessidade de, no futuro, se combinarem e desenvolverem metodologias que adotem o contacto presencial e a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que facilitem não só o contacto com os cidadãos, mas também o fortalecimento das plataformas colaborativas (Cardoso, Vilar & Casquilho, 2020, p. 56).

Para além desta capacidade de adaptação, as instituições que intervêm na área do envelhecimento continuaram a acolher os estagiários de Serviço Social, reduzindo ao mínimo as restrições e assumindo-os como colaboradores neste difícil processo de reestruturação. Os alunos de Serviço Social da ESECS-IPP que desenvolveram projetos no âmbito do envelhecimento tiveram a oportunidade de se manter em funções durante este excepcional período pandémico e colaborar no garante dos direitos das pessoas idosas sujeitas a um isolamento sem precedentes, durante um intervalo de tempo que se prolongou incessantemente e cujo impacto para a saúde mental se prevê devastador. Desta participação, surgirão, indubitavelmente, importantes reflexões que poderão promover mudanças positivas nas organizações e neste debate futuro, os alunos aqui incluídos, poderão contribuir com o conhecimento e experiência que a realidade lhes proporcionou.

Referências Bibliográficas

Alves, S. (2021a). *Olhar o passado, pensar o presente e planear o futuro*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Alves, S. (2021b). *Relatório final. Estágio*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Argueles, S. (2022). *Avaliação dos níveis de burnout nos trabalhadores e desenvolvimento de estratégias para o evitar na Casa do Povo de Alagoa*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Associação Profissional do Serviço Social (APSS) (2018). *Código Deontológico do Assistente Social em Portugal*.

Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) (2020). *Diretrizes de Teletrabalho para Assistentes Sociais*. <https://www.apss.pt/a-apss-e-a-resposta-a-pandemia-covid19/>.

Belo, C. (2021a). *Valorizar e Estimular a Vida Social dos Residentes em Tempos de Pandemia*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Belo, C. (2021b). *Valorizar e Estimular a Vida Social dos Residentes em Tempos de Pandemia*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Botelho, M. (2022). *Des(envolver)*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre. Página | 71

Calhau, J. (2021a). *Redes de Amor*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Calhau, J. (2021b). *Redes de Amor*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Camões, F. (2021a). *Arco-íris*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Camões, F. (2021b). *Arco-íris*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Cardoso, J., Vilar, D. e Casquilho-Martins, I. (2020). *Desafios ao serviço social no contexto da COVID-19*. CLISSIS.

Carqueja, E. e Sousa, C. (2020). *Modelos de Intervenção Psicológica: Agir em Tempos de Crise*. In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A Psicologia da Pandemia*. Lisboa: Pactor.

Carrapiço, C. (2021a). *O bem-estar do cuidador informal*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Carrapiço, C. (2021b). *O bem-estar do cuidador informal*. Relatório de Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Carvalho, M. (2013). *Serviço Social no Envelhecimento*. Pactor.

Carvalho, M. (2018a). *Envelhecimento, políticas sociais e serviço social em Portugal: velhos e novos problemas. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. V. 16 n. 1 (2018). Universidade Federal do Espírito Santo. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social. ISBN 978-85-781-090-4 (CD-ROM).

Carvalho, M. (2018b). Serviço Social e Intervenção com Idosos: desafios atuais. Carvalho, M. (coord) in *Serviço Social. Teorias e Práticas*. pp. 421-436, Pactor.

Carvalho, R. (2021a). *Janela Social*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Carvalho, R. (2021b). *Janela Social*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Conceição, I. (2022). *A Terapia da Reminiscência como técnica promotora de auto-estima e participação social*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Constituição da República Portuguesa Portugal (CPR). (1976). Decreto de 10 de abril de 1976. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>.

Coutinho, C. P. (2015) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - teoria e prática*. Almedina.

Página | 72

Damião, D. (2021a). *A promoção do bem-estar da pessoa idosa através da intervenção à distância*. Projeto de Intervenção Social. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Damião, D. (2021b). *A promoção do bem-estar da pessoa idosa através da intervenção à distância*. Relatório de Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Decreto-Lei n.º 164/91. Ministério da Defesa Nacional. De 07 de maio de 1991. Diário da República n.º 104/1991, Série I-A de 1991-05-07.

Decreto-Lei n.º 172-A/2014. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. De 14 de novembro de 2014. Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-11-14, páginas 2 - 26.

Direção-Geral da Saúde (DGS). (2020). *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo Coronavírus (COVID-19)*. Disponível em <http://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Plano-de-Conting%C3%Aancia-Novo-Coronav%C3%ADrus.Covid-19.pdf>.

Ferreira, J. (2014). Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais. *Cuadernos de Trabajo Social* 339 Vol. 27-2 (2014) pp. 329-341.

Ferri, M. (2020). Estágio supervisionado em serviço social: a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 39, pp. 225-240, jan./jun. 2020. ISSN 2238-1856.

Figueiredo, J. (2021a). *Ponte de Esperança. Seminário de Projeto*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Figueiredo, J. (2021b). *Ponte de Esperança. Estágio*. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Fonseca, J. (2008). Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação. *VI Congresso Nacional de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/346.pdf>.

Fontelles, M.; Simões, M.; Farias, S. H.; Fontelles, R. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Rev. para. med*; 23(3) jul.-set. 2009. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>.

Freitas, M. D. P. A. (2013). *Supervisão na Formação em Serviço Social*. Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas, Junho 2013. https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14908/1/Supervis%C3%A3o%20na%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20em%20Servi%C3%A7o%20Social_Dorita%20Anjo.pdf.

Galhardas, A. (2021a). *Envelhecimento: capacitação de funcionários com relação a demência*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Galhardas, A. (2021b). *Envelhecimento: capacitação de funcionários com relação a demência*. Projeto de Estágio. Relatório de Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Página | 73

Gamboa, I. (2021a). *(Re)Aproximar*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Gamboa, I. (2021b). *(Re)Aproximar*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Gaspar, C. (2020a). *Projeto de Estágio*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Gaspar, C. (2020b). *As alterações da intervenção do Serviço Social decorrente com as novas exigências da pandemia COVID-19*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Indi, A. (2022). *Memórias*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Lei n.º 119/2015. Aprova o Código Cooperativo. Assembleia da República. De 31 de agosto de 2015. Diário da República n.º 169/2015, Série I de 2015-08-31, pp. 6581 - 6600.

Lewgoy, A. e Scavoni, M. (2002). Supervisão em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. *Textos & Contextos Revista Virtual*. Nº 1, ano I, nov. 2002. pp. 1-9.

Mackenzie, D. (2020). *COVID-19. A pandemia que nunca devia ter acontecido e como impedir a próxima*. Lisboa: Editorial Presença.

Marques, M. (2022). *Idosos com vida*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Martins, C. (2021a). *Residências Vilavó. Caminhar para uma vida mais ativa*. Projeto de Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre.

Martins, C. (2021b). *Residências Vilavó. Juntos vamos dar mais vida aos anos*. Relatório de Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre.

Mateus, A. (2020). Crise Económica Global: Do Impacto Pandémico às Respostas Políticas e Económicas dos Governos. In Paulino, M. e Dumas-Diniz, R. (2020). *A Psicologia da Pandemia*. Lisboa: Pactor.

Melo, C. (2021a). *SOS Idoso*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Melo, C. (2021b). *Relatório final de estágio*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Normas de Funcionamento de Estágio Curricular. (2018). Instituto Politécnico de Portalegre. Aprovado pelo Conselho Técnico-Científico em 19 de dezembro de 2018.

Página | 74

Novais, F., Cordeiro, C., Câmara Pestana, P., Côrte-Real, B., Reynolds Sousa, T., Delerue Matos, A., e Telles-Correia, D. (2021). O Impacto da COVID-19 na População Idosa em Portugal: Resultados do Survey of Health, Ageing and Retirement (SHARE). *Acta Med Port* 2021 Nov; 34(11) pp. 761-766 <https://doi.org/10.20344/amp.16209>.

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2022). *Coronavirus (COVID-19) Dashboard*. <https://COVID19.who.int/>.

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2022). *Coronavirus disease (COVID-19)*. https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1.

Pacheco, A. I. (2021). *O impacto da pandemia COVID-19 na saúde mental da população idosa utilizadora dos serviços de Centro de Dia do concelho de Paços de Ferreira*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Gerontologia Social. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37657/1/InesPacheco.pdf>.

Pelarigo, B. (2021a). *Cuidar dos nossos idosos é preservar a nossa história*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Pelarigo, B. (2021b). *Relatório de Estágio*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Pires, S. (2022). *Capacitar*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Portaria n.º 67/2012. Define as condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas idosas. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. De 21 de março de 2012. Diário da República n.º 58/2012, Série I de 2012-03-21, pp. 1324 - 1329.

Quaresma, L. (2021a). *Abraçamos-te todos os dias*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Quaresma, L. (2021b). *Abraçamos-te todos os dias*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Raposo, C. (2020a). *A identidade do idoso institucionalizado*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Raposo, C. (2020b). *Relatório final de estágio*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Rodrigues, H. (2022). *Direitos para Todos*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Portalegre.

Ribeiro, O. e Paúl, C. (2011). *Manual de Envelhecimento Activo*, Lisboa, LIDEL Edições Técnicas, Lda.

Ruivo, M. J. (2021a). *Essência*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Ruivo, M. J. (2021b). *Essência*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Página | 75

Saramago, M. C. (2020a). *Envelhecimento: Promoção do contacto intergeracional*. Seminário de Projeto. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Saramago, M. C. (2020b). *Relatório Final de Estágio*. Estágio. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Portalegre.

Segurança Social. (2022). Sítio Oficial de Segurança Social. <http://www.seg-social.pt/inicio>

Valduga, T. (2021). “Envelhecimento: os desafios para a cidadania e a participação na proteção social em Portugal”. In Coord. Martins, E.; Pereira, J.; e Lopes, M. *Animação Sociocultural, Geriatria, Gerontologia e os Novos Paradigmas do Envelhecimento*. Chaves: Intervenção.

Nota sobre as autoras

Tatiane Valduga

tlvaa@ipportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

ORCID - 0000-0001-6283-9117

Ciência Vitae ID: 0E17-AD3B-93BB

Assistente social, professora adjunta do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Investigadora do projeto Ir Além – A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade (2020-2022) cofinanciado pelo FAMI.

Paula Ramos

paula.ramos@ipportalegre.pt

Instituto Politécnico de Portalegre

ORCID - 0000-0002-4340-8669

Assistente social, professora adjunta convidada do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).